

## ANEXO I

### TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRAS

#### 1. DO OBJETO

1.1 Aquisição, sob demanda, de **FERRAMENTAS A GASOLINA E PEÇAS DE SUBSTITUIÇÃO**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) ano, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2	<b>Requisitante:</b>	Secretaria Municipal de Serviços Públicos
1.3	<b>Fundamentação legal:</b>	Pregão Eletrônico (art. 28, I) via Registro de Preço (art. 78, IV) Lei 14.133/2021;
1.4	<b>Período:</b>	01 (um) ano a contar da publicação do extrato da Ata de Registro de Preços
1.5	<b>Tipo:</b>	Menor preço por lote nos termos do art. 33, I da Lei nº. 14.133/2021

#### 2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1 Aquisição de FERRAMENTAS A GASOLINA E PEÇAS DE SUBSTITUIÇÃO, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

LOTE 01				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
01	<b>ROÇADEIRA</b> para uso lateral, cabo multifuncional para as duas mãos com cinto duplo de suporte, capacidade do tanque de combustível 0,58 litros, cilindrada 38,9 cm <sup>3</sup> , peso 7,9kg, potência 2.0/2.7 kw/cv, rotação lenta 2800 rpm, rotação máxima 12500 rpm, assistência técnica com fornecimento de peças originais, deve acompanhar trincut (carretel) óculos de proteção e kit chaves para roçadeira, para trabalhos profissionais na agropecuária, florestal, jardinagem, corte de vegetação densa e entrelaçada, com corte de caules de até 10 cm de diâmetro, grama, capim, pasto, arbusto, macegas e pequenas árvores, em tarefas pesadas por longo espaço de tempo e terrenos aclives ou declives.	362553	Unidade	72



	<b>Marca de Referência: Stihl. Husqvarna, Kawashima ou superior.</b>			
<b>02</b>	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA ROÇADEIRA (PLÁSTICO PROFISSIONAL) <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	608444	Unidade	144
<b>03</b>	VELA DE IGNIÇÃO PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	486738	Unidade	144
<b>04</b>	TANQUE DE COMBUSTÍVEL PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	610394	Unidade	144
<b>05</b>	TAMPA DE PARTIDA RETRÁTIL PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	610695	Unidade	144
<b>06</b>	CARBURADOR PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	605785	Unidade	144
<b>07</b>	EMBREAGEM PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	605887	Unidade	144
<b>08</b>	EIXO CARDAN PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	306058	Unidade	144
<b>09</b>	PONTEIRA DE TRANSMISSÃO PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	609995	Unidade	144
<b>10</b>	TAMBOR DE EMBREAGEM PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	400729	Unidade	144
<b>11</b>	POLIA ARRASTADORA PARA ROÇADEIRA <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	397801	Unidade	144
<b>LOTE 02</b>				



ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
12	MOTOSSERRA, a gasolina, com motor de 2 tempos com sabre mínimo de 50cm = 20 e corrente de passo 3/8 1.6mm, potência aproximada 72,2cm³, 3900w= 5,22hp	255864	Unidade	05
13	CORRENTE PARA MOTOSSERRA Compatível com o equipamento fornecido.	401517	Unidade	10
14	SABRE PARA MOTOSSERRA Compatível com o equipamento fornecido.	338035	Unidade	10
15	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOSSERRA Compatível com o equipamento fornecido.	36811	Unidade	10
16	VELA DE IGNIÇÃO PARA MOTOSSERRA Compatível com o equipamento fornecido.	402257	Unidade	10
17	FILTRO DE AR PARA MOTOSSERRA Compatível com o equipamento fornecido.	264177	Unidade	10
18	LIMA PARA MOTOSSERRA Compatível com o equipamento fornecido.	612153	Unidade	10

LOTE 03				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
19	SOPRADOR, modelo costal, cilindrada mínima de 60 m³, peso máximo com tubo de sopro 10 kg., volume de ar mínimo 1700 m³/h., fabricação nacional	447124	Unidade	10
20	VELA DE IGNIÇÃO PARA SOPRADOR Compatível com o equipamento fornecido.	402257	Unidade	20
21	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA SOPRADOR Compatível com o equipamento fornecido.	36811	Unidade	20
22	CARBURADOR PARA SOPRADOR	605785	Unidade	20



	Compatível com o equipamento fornecido.			
23	FILTRO DE AR PARA SOPRADOR Compatível com o equipamento fornecido.	264177	Unidade	20
24	TAMPA DE PARTIDA ARRANQUE PARA SOPRADOR Compatível com o equipamento fornecido.	610695	Unidade	20

LOTE 04				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
25	MOTOPODA, corte até 5 metros de altura do chão; cilindrada mínima: 35 cm³., peso máximo sem equipamento de corte e proteção: 7,8 kg; eixo totalmente estendido com conjunto de corte mínimo: 390 cm., kit proteção; sistema de ignição eletrônica e sistema antivibratório por amortecedores.	485544	Unidade	06
26	CORRENTE PARA MOTOPODA Compatível com o equipamento fornecido.	402075	Unidade	12
27	SABRE PARA MOTOPODA Compatível com o equipamento fornecido.	486597	Unidade	12
28	FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA MOTOPODA Compatível com o equipamento fornecido.	36811	Unidade	12
29	VELA DE IGNIÇÃO PARA MOTOPODA Compatível com o equipamento fornecido.	402257	Unidade	12
30	FILTRO DE AR PARA MOTOPODA Compatível com o equipamento fornecido.	264177	Unidade	12
31	LIMA PARA MOTOPODA Compatível com o equipamento fornecido.	606036	Unidade	12



LOTE 05				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.
32	<b>PODADOR DE CERCA VIVA</b> , Sistema corte: lâmina; Lâmina: Modelo duplo; Motor: combustão; Potência mínima: motor 1 CV; Cilindrada mínima: motor 27,2 CC; Combustível: gasolina; Comprimento da lâmina mínimo: 45cm; Aplicação: cerca viva;	453248	Unidade	05
33	<b>ESQUELETADEIRA PARA PODADOR DE CERCA VIVA</b> <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	453248	Unidade	10
34	<b>VELA DE IGNIÇÃO PARA PODADOR DE CERCA VIVA</b> <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	402257	Unidade	10
35	<b>FILTRO DE AR PARA PODADOR DE CERCA VIVA</b> <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	264177	Unidade	10
36	<b>FILTRO DE COMBUSTÍVEL PARA PODADOR DE CERCA VIVA</b> <b>Compatível com o equipamento fornecido.</b>	36811	Unidade	10

2.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1746, de 2022.

2.3 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa presente nos autos do processo nº 32.657/2023.

2.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contados da publicação do extrato da Ata, na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2.5 O item que integra o objeto deste Termo de Referência trata-se de BEM COMUM, em consonância ao que dispõe o inciso XIII, art. 6º da Lei 14.133/2021, qual seja,

bens “cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

2.6 O bem a ser adquirido se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos do art. 6º, inciso X da Lei 14.133/2021.

### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1 A Secretaria Municipal de Serviços Públicos realiza anualmente licitação para aquisições diversas, sobretudo equipamentos para limpeza urbana que serão utilizados pelo Departamento de Conservação de Espaço Público e o Departamento de Podas na manutenção das áreas do Município de Nova Friburgo.

3.2 Inicialmente, destacamos que a aquisição aqui pretendida possui o fito de corrigir o déficit de equipamentos necessários a prestação dos serviços de limpeza urbana.

Se torna necessária devido aos serviços contínuos de limpeza e corte de vegetação realizados por esta Secretaria nas praças, ruas, avenidas e espaços públicos, e que se acentua ainda mais nos períodos chuvosos.

3.3 Vale ressaltar que a limpeza e conservação destes locais visa não só aspectos estéticos e de melhor qualidade de vida dos munícipes, mas também impacta na saúde e segurança da população, evitando quedas de árvores e galhos, vegetação elevada que possa servir de abrigo de animais peçonhentos e transmissores de doença.

3.4 O desgaste sofrido por equipamentos como roçadeira, motopoda, motosserra é inevitável, desta forma, se faz necessária a aquisição de novas ferramentas para a Secretaria de Serviços Públicos, pois o serviço não pode ser prejudicado pelo tempo em que as máquinas ficam fora de operação para serem consertadas.

3.5 A seguir definiremos a função de cada ferramenta prevista:

3.5.1 **Roçadeira:** é uma ferramenta manual que tem como principal função a limpeza e manutenção de áreas cobertas por relva, grama, ervas daninhas, pequenos arbustos e afins, pode ser usada em locais irregulares, morros, buracos e florestas. A roçadeira à gasolina apresenta características que permitem uma mobilidade maior.

3.5.2 **Motosserra:** ferramenta utilizada para facilitar e mecanizar o serviço de corte e poda de indivíduos arbóreos.

**3.5.3 Motopoda:** Equipamento que possui um cabo extensor para maior alcance nos trabalhos de poda de árvores e galhos em extremidades, possibilitando o operador de podar galhos em extremidades com mais dificuldade de ser alcançada.

**3.5.4 Soprador:** Utilizado na limpeza mecanizada de pátios, praças, jardins, calçadas, galpões, fazendo montes de folhas, gravetos, detritos, papéis, etc. Ideal para limpeza de locais abertos com obstáculos (bancos, cadeiras, etc).

**3.5.5 Podador de cerca viva:** Ferramenta usada para efetuar a manutenção de espaços verdes, como aparar cervas vivas “eras”, sebes e arbustos.

Além das ferramentas, o presente estudo, tem o intuito de abarcar também peças de substituição/manutenção que não se enquadram na garantia, pois trata-se de desgaste natural devido ao uso diário e prolongado ou manuseio incorreto do produto.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

4.1 A solução proposta é a aquisição de ferramentas para otimizar os serviços e peças que possibilitem o funcionamento adequado e prolongado dos equipamentos, com o objetivo da maior viabilidade para solução de problemas relacionados à vegetação, limpeza e poda/supressão de indivíduos arbóreos.

4.2 Pode-se dizer que não há inovação na presente contratação, que se dará mediante a aquisição dos bens constantes no presente estudo, havendo diversas empresas fornecedoras, inclusive no âmbito da Municipalidade, com uma variedade de marcas capazes de atender a demanda.

#### **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Da exigência de amostra:

5.1.1 Poderá ser solicitada à primeira classificada, sob pena de desclassificação, a apresentação de catálogo, folder e/ou ficha técnica relativo ao material ofertado indicando as características técnicas solicitadas na contratação, para fins de avaliação minuciosa de compatibilidade e adequação às especificações do objeto;

5.1.2 Caso o catálogo, folder e/ou ficha técnica não seja(m) suficientemente claro(s) poderá ser solicitada, sob pena de desclassificação, amostra dos itens;

5.1.3 Se solicitada a amostra, esta deverá estar devidamente identificada com o nome do licitante, conter informações quanto às características, tais como data de fabricação, prazo de validade, quantidade do produto e sua marca;

5.1.4 O prazo para apresentação da (s) amostra (s) será de 07 (sete) dias úteis. O prazo será contado a partir da solicitação feita pelo pregoeiro durante a sessão pública.

5.1.5 Durante a avaliação das amostras serão observados os seguintes critérios:

5.1.5.1 **Desempenho e Potência:** será avaliada a capacidade da ferramenta em realizar suas funções de forma eficiente e eficaz, levando em conta a potência do motor e sua capacidade de fornecer energia suficiente para executar as tarefas designadas;

5.1.5.2 **Facilidade de Partida:** será avaliada a facilidade com que a ferramenta pode ser iniciada, considerando fatores como a tecnologia de partida fácil, o sistema de ignição e a confiabilidade do motor ao ligar.

5.1.5.3 **Durabilidade e Resistência:** será avaliada a qualidade dos materiais utilizados na fabricação da ferramenta, bem como a robustez e a resistência do equipamento em condições de uso intensivo, garantindo sua durabilidade ao longo do tempo.

5.1.5.4 **Emissões e eficiência energética:** será avaliada as emissões de gases poluentes e o consumo de combustível da ferramenta, buscando equipamentos que sejam eficientes em termos de energia e que atendam às regulamentações ambientais.

5.1.5.5 **Segurança:** será avaliado se a ferramenta possui dispositivos de segurança adequados, como protetores de lâmina, sistema de desligamento de emergência e proteções contra vibrações excessivas, visando garantir a segurança do operador durante o uso.

5.1.5.6 **Ergonomia:** será avaliado o design da ferramenta em termos de conforto e ergonomia, incluindo a posição dos controles, o peso do equipamento, o sistema de amortecimento de vibrações e o ajuste de altura e posição do guidão, visando garantir o conforto e a segurança do operador durante o uso prolongado.

5.1.5.7 **Manutenção e Facilidade de Serviço:** será verificada a facilidade de acesso a componentes importantes da ferramenta para manutenção e reparo, bem como a disponibilidade de peças de reposição no mercado, o que pode impactar diretamente na vida útil e na eficiência do equipamento.





5.1.5.8 Além dos critérios mencionados acima, no momento do teste o operador poderá levar em consideração demais aspectos que entender pertinentes.

5.1.6 A área técnica comunicará ao Pregoeiro se a amostra foi aprovada ou não. Caso não seja aprovada, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

5.1.7 A licitante deverá retirar a referida amostra no prazo de 02 (dois) dias, após a divulgação do resultado. Caso isto não ocorra, os produtos serão incorporados ao Almoxarifado.

5.2 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

6.1 O fornecimento será efetuado na Avenida Alberto Braune, n.º 225, Centro – Nova Friburgo (**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS**), de segunda a sexta-feira, a partir do recebimento da Nota de Empenho, conforme ordem de fornecimento.

### **6.2 Horários de entrega:**

6.2.1 Segunda à sexta-feira – das 08h00min às 16h00min.

6.3 A entrega deverá ser fracionada conforme necessidade e solicitação da Unidade Requisitante, não havendo, desta feita, quaisquer prejuízo à Administração.

6.4 O prazo para entrega será de, no máximo, 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho e Requisição de Material.

6.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 02 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.6 Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no prazo de 02 (dois) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.7 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.8 Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 02 (dois) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.9 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.10 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

#### **6.10 Entrega Técnica:**

6.10.1 A CONTRATADA deverá proceder a entrega em dias e horários previamente agendados junto a CONTRATANTE, informando em um prazo não inferior a 48 horas.

6.10.2 A entrega será feita juntamente com responsável técnico designado pela CONTRATADA, afim de demonstração e conferência do funcionamento dos equipamento e ferramenta

6.10.2.1 - a duração mínima da entrega deverá ser de 08 (oito) horas.

6.10.2.2 - se não houver tempo hábil no dia da entrega, para demonstração de que trata o sub item anterior, será reagendada nova visita técnica em dias e horários previamente estabelecidos em comum acordo entre a CONTRATADA e CONTRATANTE

6.10.3 Os equipamentos deverão, no ato da entrega, estarem acompanhados de seus respectivos implementos, certificado de garantia, devidamente assinado e carimbado pela empresa vencedora, manual de peças e manutenção.

6.10.4 Caso a CONTRATANTE julgue necessário, a CONTRATADA, reagendará nova entrega técnica com fito de elucidar possíveis dúvidas de operação e manuseio dos equipamentos adquiridos na presente contratação.

6.10.5 Entende-se por entrega técnica, a demonstração de uso dos equipamentos adquiridos, por profissional capacitado e designado pela CONTRATADA, com vistas a correta utilização dos equipamentos

### **7. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL EXIGIDA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

7.1 O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.2 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

7.3 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

7.4 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

7.5 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.6 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

7.7 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

7.8 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

7.9 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

7.10 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

7.11 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

7.12 Em caso de substituição do bem/produto, o substituto terá o mesmo prazo de garantia originalmente dados ao bem substituído, a contar da data em que ocorrer a substituição

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, *caput*).

8.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

8.3 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).

8.4 O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

8.5 O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

8.6 O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).

8.7 O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

8.8 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).

8.9 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

8.10 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

8.11 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

8.12 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros (IN 5/2017, art. 44, 31º).

8.13 Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

8.14 Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

8.15 Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

8.15.1 O acompanhamento e a fiscalização da aquisição serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 117 e 140 da Lei nº 14.133/2021.

8.15.2 Para o acompanhamento e fiscalização do presente, ficam designados (as) os (as) agentes públicos (as) abaixo informado (as):

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Mariana Martins dos Santos	063.425	Gestor titular
Luiza Pereira Silva	115.254	Gestor substituto
Carlos Alberto Machado dos Santos	062.234	Fiscal titular
Jackson Braga da Silveira	062.887	Fiscal substituto

8.16 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da aquisição.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, via **REGISTRO DE PREÇO**, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço**.

9.2 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

### 9.2.1 Habilitação jurídica

9.2.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.

9.2.1.2 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

9.2.1.3 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

9.2.1.4 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.1.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.2.1.6 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.2.1.7 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.2.1.8 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).



9.2.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## **9.2.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

9.2.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.2.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.2.2.4 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

9.2.2.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.2.2.6 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.2.2.7 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.2.2.8 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.2.2.9 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

10.2.1 **Gestão/Unidade:** Secretaria Municipal de Serviços Públicos;

10.2.2 **Fonte de Recursos:** 170400000017;

10.2.3 **Programa de Trabalho:** 09001.0412200012.002 – Manutenção dos Serviços Administrativos e Execução de Programas

10.2.4 **Elemento de Despesa:** 4.4.9.0.52.16 e 3.3.90.30.19

## 11. DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

11.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações dispostas neste Termo de Referência, em observância aos Decretos nº 2.480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto nº 2.493 de 07 de novembro de 2023.

11.2 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto Municipal nº 2.480 de 30 de outubro de 2023 e Decreto Municipal nº 2.493 de 07 de novembro de 2023, desde que as Certidões listadas abaixo estejam dentro da validade.

Negativa de Débitos Trabalhistas; Fazenda Federal- abrangem as Contribuições Sociais; FGTS; PGE- Referente Dívida Ativa Estadual; Municipal- referente ao ISS e Dívida Ativa; Estadual -CND- referente ao ICMS.

11.3A Nota Fiscal deverá conter a identificação do Banco, número da agência e Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(s), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

## 12. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

12.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1 não enviar proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou



12.1.2.4 deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

12.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

12.1.5 fraudar a licitação;

12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

12.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 Com fulcro na Lei n.º 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1 Advertência;

12.2.2 Multa;

12.2.3 Impedimento de licitar e contratar;

12.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1 a natureza e gravidade da infração cometida;

12.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3 as circunstâncias agravante ou atenuantes;

12.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

12.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

12.4.1 Para as infrações previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3, a multa será de 10% do valor do contrato licitado;

12.4.2 Para as infrações previstas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado;

12.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa;

12.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação;

12.7 As sanções de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.1, 12.1.2, 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da administração Pública direta e indireta do Município de Nova Friburgo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

12.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021;

12.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.1.3 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022;

12.10 A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

12.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

12.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento;

12.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente

12.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

### **13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

13.1 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

13.2 Termo de referência elaborado por esta subscritora auxiliada pela equipe técnica de manutenção desta Secretaria Municipal de Serviços Públicos.

Nova Friburgo/RJ, 26 de fevereiro de 2024.

**GESTOR e APOIO TÉCNICO:**

\_\_\_\_\_  
**Mariana Martins dos Santos**  
Matrícula: 063.425

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

---

**Marcelo da Silva Pereira**  
Secretário Municipal de Serviços Públicos  
Matrícula: 100.530